

## EDITORIAL

O tema deste número da Revista é a ética. Se ela, em geral, é apresentada como solução dos problemas, gostaríamos de ressaltar aqui seu caráter problemático.

O tema da ética tornou-se recorrente entre nós, como cidadãos, como profissionais e como indivíduos. Sobretudo percebemos-nos dentro de um mundo em que se sente e se denuncia a “falta de ética”. Neste sentido, diz-se também que “não há mais valores” ou que se trata de “resgatar os valores...”. Por outro lado, sentimos-nos meio perdidos, inseguros e perplexos a respeito do que seja um comportamento eticamente correto, acerca do que seja um valor moral. Trata-se de duas questões diferentes, que não devem ser confundidas.

A primeira percepção, a de que “falta ética”, em geral pressupõe que saibamos o que é “a ética”, como se todos que reclamassem desta falta estivessem se referindo ao mesmo código moral. Estamos aqui diante de uma percepção bastante forte e, ao mesmo tempo, acrítica, de que existe algo universalmente válido para todos nós no campo do comportamento humano correto. A segunda percepção é mais complexa, e nos introduz num âmbito de maior reflexão: sabendo que historicamente as éticas podem mudar e mudaram, sabendo que a crise de que falamos também equivale a uma crise da ética, ou seja, a um questionamento da validade do código ético vigente, preocupa-nos saber se e em que sentido ainda valem os mesmos critérios morais para discernir se alguém se comporta bem ou mal eticamente. Outra questão mais difícil é perguntarmos se ainda podemos aspirar a um critério válido universalmente para todos os seres humanos indistintamente, ou se devemos admitir que é possível termos critérios morais culturalmente diferentes. Debate-se justamente entre especialistas se é possível, como o fizemos até aqui na cultura ocidental, fundar racionalmente algum valor moral, tornando-o e julgando-o válido para todos estes seres humanos pelo fato de ser racional o fundamento e porque todos estes seres humanos são racionais. Pode-se assim observar que há diversos planos para enfrentar o que denominamos “problema ético”, exigindo-se análise clara e atenta.

Se atualmente insistimos em declarar que a solução dos problemas se dá no campo da ética, e não mais no político ou econômico, isso sinaliza, antes de tudo, para o reconhecimento da dificuldade de salvuardarmos a dimensão ética da vida humana. Parece que de tantos lados se percebe haver uma tendência a viver como se isso de “bem” e “mal” nem mais existisse, e o que contasse fosse apenas o “dar certo”, o “eu venci”, independente do preço que acarreta para os outros. Isso nos lembra imediatamente que uma ética só existe enquanto tem a ver com o reconhecimento de um compromisso que temos com o outro ser humano, próximo ou não, que ética tem a ver com a existência de uma pluralidade humana. Não haveria ética se houvesse apenas o(um) indivíduo. Mais recentemente incluem-se entre estes “outros” de cada indivíduo humano os animais ou a natureza de forma geral...

Talvez a dramaticidade do problema ético contemporâneo se revele mais intensamente quando repetimos a pergunta: por que afinal há ética? Por que esta misteriosa presença em nós de algo que denominamos “lei moral”? Por que nos preocupar em fazer o bem tendo em conta o outro, e não apenas a si mesmo?

Quando falamos de crise de modernidade, facilmente nos lembramos do Zaratustra de Nietzsche que, no final do século XIX, desce da montanha e anuncia solenemente que “Deus morreu”, e que esta notícia causará uma revolução nos seres humanos. Se Deus já não existe, e se

devemos ser nós mesmos os deuses, os auto-criadores, não será mais Deus quem determinará a lei moral, nem será mais Ele ou seus pretensos representantes que dirão o que é fazer o bem, e nem devemos prestar contas a Ele durante ou depois da morte. Quem deverá estabelecer a lei moral, prescindindo de um ser absoluto externo, é o próprio ser humano. Esta tarefa é a marca da modernidade: o ser humano deve ser autônomo, livre, carregando em si toda a responsabilidade pelo que (lhe) acontece. Cabe a ele definir a norma a partir da qual se fará o bem e se evitará o mal. Também já não se aceita, como o faziam os gregos clássicos, que há uma “natureza humana” universal, única, igual em todos seres humanos de todos os tempos e lugares. Assim, cabendo a tarefa aos seres humanos, como eles o farão? Quem a realizará? Todos eles? Em classes distintas? Em povos e culturas distintos? Pode se estabelecer algo como valor a partir do consenso entre seres humanos? Se for assim, já não houve tantos consensos que nos levaram a tragédias e a holocausto?

A estas e outras interrogações foram dadas respostas diferentes, contudo sempre marcadas pelo imperativo da autonomia humana: algumas enfatizavam soluções individualistas, outras, coletivistas. Mais recentemente estas respostas, sobretudo as coletivistas, foram questionadas: a crise da política e a desconfiança do ser humano na própria capacidade de alcançar uma verdade universal e única contribuíram também para questionar a existência e a possibilidade de definir uma ética universal, além de fortalecer cá e lá uma volta à solução religiosa (“volta do sagrado”). O que significa fazer o bem hoje? E se fazer o bem pode ser diferente para diferentes seres humanos, por que ainda há algo como um “dever moral”?

Diante de tantas interrogações e soluções, o debate intensifica-se, com o diálogo cada vez maior entre especialistas de áreas diferentes (basta lembrar a bioética). Dificilmente se pode dizer que há acordo entre os estudiosos de ética. Uns retomam tradições filosóficas clássicas, outros apregoam a necessidade de novos conceitos. Uns acentuam soluções mais individualizantes, preocupados com a ausência de autonomia na sociedade contemporânea, outros enfatizam soluções mais comunitárias; uns continuam considerando a ética um campo exclusivo das relações humanas, outros incluem nela as relações com os animais e a natureza biológica em geral. Vale a pena lembrar a insistência de alguns autores (Foucault, Derrida, Agamben...) em sugerir uma “ética da amizade”, que sinaliza para uma tarefa microfísica, de “cuidado de si”, pois não se trataria de cumprir uma norma, mas de salvaguardar a própria existência de uma subjetividade humana, libertando-nos de tamanha normatividade, ou então de salvar o fato da própria existência como possibilidade, e não como algo já determinado como uma essência previamente estabelecida. Por isso mesmo é que se define a ética como “prática reflexiva da liberdade” (Foucault), e não como cumprimento de uma determinada lei.

Além de recomendar aos leitores os textos a seguir, quisemos, com estas breves observações, chamar a atenção para uma pluralidade e complexidade de problemas, que não podem ser esquecidas diante do volume de fáceis prescrições, tantas vezes moralistas, que circulam em tantos livros, em tantos discursos, e nas diferentes áreas do saber, inclusive no da Enfermagem.

Dr. Selvino José Assmann

— *Doutorado em Filosofia (Roma, 1983). Professor do Depto. de Filosofia - CFH/UFSC* —